

LE MONDE diplomatique

edição portuguesa



«Tratado de Lisboa»
Por BERNARD CASSEN [p.5]

outro modo

MENSAL | N.º 14 | II SÉRIE | DEZEMBRO 2007 | € 4,00 | DIRECTORA: SANDRA MONTEIRO

Paquistão

Por IGNACIO RAMONET

As ondas de instabilidade que a «guerra contra o terrorismo internacional» provocou no Próximo e no Médio Oriente após os atentados do 11 de Setembro continuam a convulsionar novos países. O último onde isso está a acontecer é o Paquistão. Cerca de cinquenta meses após a tomada de Bagdade, o panorama geopolítico regional mostra-se desolador. Ao impasse militar juntou-se uma sucessão de desastres diplomáticos. E isso sem que tenha diminuído o risco terrorista, ao contrário do objectivo definido por Washington. Não foi solucionado nenhum dos conflitos – Israel-Palestina, Líbano, Somália. No Iraque, apesar da presença de cerca de 165 000 militares norte-americanos, as perspectivas continuam a ser igualmente incertas. A vida quotidiana continua a ser um inferno para os civis. Sucedem-se os atentados homicidas. Além disso, surgiram novas tensões na fronteira entre o Curdistão iraquiano e a Turquia, onde poderão vir a afrontar-se dois aliados dos Estados Unidos.

Outro paradoxo, as intervenções americanas tiveram como efeito livrar o Irão – «o pior inimigo dos Estados Unidos» – de dois grandes adversários: o regime baasista no Iraque e o dos talibãs no Afeganistão. Raramente um rival terá trazido tantos benefícios ao seu inimigo principal... Isso permitiu que Teerão se concentrasse no seu programa nuclear, suscitando os maiores receios, de tal modo que os Estados Unidos e Israel ameaçam agora bombardear as instalações atómicas iranianas. Situação essa que acrescentaria mais caos ao grande caos regional e causaria aumentos dos preços do petróleo insustentáveis para muitas economias.

No Afeganistão, as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) estão na defensiva. Com mais de 15 000 homens no terreno, os Estados Unidos reclamam que os seus aliados, entre os quais a França, enviem para lá mais tropas. Porque os talibãs voltaram à acção, multiplicando-se os atentados suicidas e aumentando extraordinariamente a cultura da papoula e a exportação de ópio. A reconstrução está a ser feita muito lentamente e as instituições «democráticas» debilitam-se. As províncias, controladas por «senhores da guerra», distanciam-se cada vez mais do governo de Cabul. «Se nós nos formos embora», reconhece um diplomata ocidental, «Hamid Karzai» (presidente do Afeganistão) não se aguenta dez dias⁽¹⁾. E neste tão instável contexto geopolítico que um dos firmes apoios do presidente George W. Bush na região acaba de fraquejar no Paquistão. Com efeito, a proclamação do estado de sítio em Islamabad, no passado dia 3 de Novembro, pelo general Pervez Musharraf, é um grave testemunho de fraqueza deste último, desencadeando em Washington o alerta vermelho.

Já autor de um golpe de Estado em 1999, o general Musharraf fora em fins de 2001 recrutado a toda a pressa pelos Estados Unidos – sob a ameaça, como ele próprio contou, de ver o seu país reduzido a cinzas por um ataque nuclear maciço – para participar na guerra contra o regime dos talibãs e contra as bases afeças da Al-Qaeda. Fingindo o governo Bush não ver contradições no facto de se aliar a um ditador para «instaurar a democracia» no Afeganistão.

Com essa aliança, Musharraf obteve uma certidão de respeitabilidade internacional, bem como cerca de 11 mil milhões de dólares para equipar melhor o seu exército e as suas forças repressivas. O Paquistão, país com cerca de 167 milhões de habitantes, é o único Estado muçulmano que possui a bomba atómica, podendo projectá-la à distância de 2500 quilómetros graças a mísseis de longo alcance. Estes elementos conferem-lhe uma importância estratégica ainda maior por se encontrar situado no interior do «núcleo perturbador» do mundo e nas imediações das crises afeças, iraniana e do Médio Oriente.

O grande pavor, em Washington e noutras chancelarias, é que os islamitas paquistaneses, aliados aos talibãs, acabem por se apoderar das rédeas do Estado e accedam à arma atómica. O general Musharraf, que o poder judiciário detesta, amordaçou recentemente os principais órgãos de comunicação e atacou os dois principais partidos da oposição, o de Nawaz Sharif e o de Benazir Bhutto. A sua impopularidade, apesar das aparências, torna-o o elo mais fraco do sistema político. O objectivo da diplomacia norte-americana consiste pois, a curto ou a médio prazo, em substituí-lo. Não por Benazir Bhutto ou por Nawaz Sharif, os quais, na melhor das hipóteses, poderão servir para aparentar uma mudança «democrática». Mas por um outro homem com mão de ferro, talvez o general Ashfaq Kiani. Controlado pelos americanos.

1 El País, Madrid, 25 de Outubro de 2007.

DOSSIÉ DESEMPREGO EM PORTUGAL: UMA DISCUSSÃO VICIADA

**Flexisegurança:
a verdade da mentira**

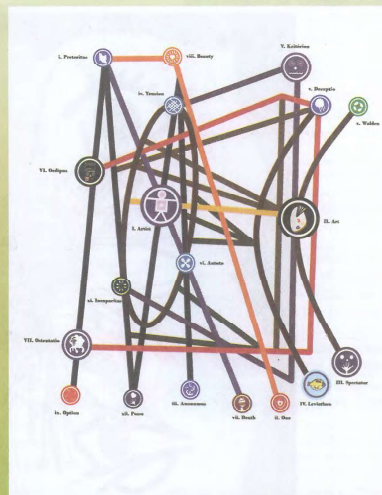
ANTÓNIO CASIMIRO FERREIRA [p.2]

**Desemprego: a política
para lá do trabalho**

JOSÉ NUNO MATOS [p.3]

**O desemprego como
problema de mercado**

NUNO TELES [p.4]



PEDRO PORTUGAL | Multigraphos (2007) | Galeria Fernando Santos, Lisboa/Porto

Em debate

**QUANDO POLUIR
SE TORNA UM DIREITO**

**Será preciso queimar
o Protocolo de Quioto?**

Por AURÉLIEN BERNIER [pp.22-23]

Eleições na Rússia

**Motivos da popularidade
do presidente
Vladimir Putin**

Por JEAN RADVANYI [pp.10-11]

DOSSIÉ AMÉRICA LATINA

Terá Washington perdido a América Latina?

Por JANETTE HABEL [pp.12-13]

Fraude mediática na Costa Rica

Por NORA GARITA [p.13]

Uma mulher aos comandos da Argentina

Por CARLOS GABETTA [p.14]

Chile, 1907: Santa Maria de Iquique

Por SERGIO GREZ TOSO [p.15]



SÉRIE: DA REVOLUÇÃO SOVIÉTICA E DO MAIO DE 68

A guerra dos mil anos

Por JOÃO BERNARDO [p.21]

UM DESENVOLVIMENTO QUE SÓ BENEFICIA UMA MINORIA

Expansão da guerrilha naxalita na Índia

Mais de 700 milhões de indianos vivem numa pobreza absoluta. Talvez não seja muito surpreendente que a guerrilha maoísta naxalita tenha recentemente aumentado a sua influência, impondo-se, segundo o primeiro-ministro indiano Manmohan Singh, como o «maior desafio à segurança interna» da Índia desde a independência. O estado do Chhattisgarh, no centro do país, está a replicar a cossu avanço através de uma violenta campanha de contra-insurreição, com milícias que juntam os camponeses à força em campos militares, situação que estará também a fazer o jogo de poderosos interesses industriais.

Pelo nosso enviado especial **CÉDRIC GOUVERNEUR** *

O fortim de Rani Bodli, perdido nas profundezas do estado de Chhattisgarh, afrontava a intimidativa obscuridade da selva com as suas metralhadoras apontadas para as árvores. Na madrugada do dia 15 de Março de 2007 foi atacado por centenas de guerrilheiros maoístas que surgiram dessa vegetação e levaram tudo pela frente. Foram mortos cinquenta e cinco polícias e supletivos, tendo sobrevivido apenas doze homens, que ficaram feridos. Os reforços levaram três horas para percorrer os oito quilómetros que os separavam dos sitiados.

Semanas depois dessa carnificina, sentado à sombra de uma mangueira, de cotovelo apoiado numa Kalachnikov, o chefe de divisão Essaryado parece cismar sobre a sua utilidade neste sítio. Em seu redor cibandam as tropas, em maioria supletivos designados SPO («Special Police Officer»), muito jovens e pouco agueridos. «Este posto da polícia foi construído em 2005», explica o oficial subalterno. Nova Deli estava então a tentar reimplantar-se nestas selvas, território das guerrilhas comunistas desde a década de 1980. Trata-se de um controlo puramente formal; temendo as emboscadas, estes polícias não se aventuram para lá da sua cidadela. «Para ir à cidade, fazemos como os civis, apanhamos o autocarro, é mais seguro», diz com azedume Essaryado.

Se houver mais um assalto, este aquarrelamento terá sem dúvida o mesmo destino que o anterior. Em 2006, 749 pessoas foram mortas nesta guerra que opõe os rebeldes comunistas à República Indiana; outras 483 foram mortas entre Janeiro e Setembro de 2007⁽¹⁾. A situação no fortim de Rani Bodli resume a angústia do gigante indiano perante o incremento da insurreição.

A guerrilha naxalita foi criada em Março de 1967, quando os camponeses da aldeia de Naxalbari (Bengala Ocidental) se apoderaram do arroz de um proprietário de terras. A partir desse levantamento, diversos grupos armados maoístas implantaram a sua guerrilha nas selvas e nos campos isolados, durante muito tempo militarmente activos mas apesar disso estagnantes, como incêndios privados de oxigénio. Só em Setembro de 2004 ganharam novo fôlego, quando os dois principais movimentos, o Grupo da Guerra Popular (People's War Group, PWG), implantado no centro do país, e o Centro Comunista Maoísta da Índia (Maoist Communist Center of India, MCCI), activo no estado do Bihar, se fundiram e constituíram o Partido Comunista Indiano Maoísta (CPI-m), proibido.

Uma estratégia a longo prazo

Desde então, os naxalistas alargaram as suas actividades a catorze e, mais tarde, a dezasseis dos vinte e oito estados indianos... Em Agosto passado já operavam em 192 dos 602 distritos do país, abrindo um autêntico «corredor vermelho» de 92 000 quilómetros quadrados que vai da fronteira nepalesa até às zonas costeiras do Sudeste⁽²⁾. E Nova Deli teme uma próxima extensão da guerrilha a quatro outros estados: Gujaraate, Rajastão, Himachal Pradesh, Jammu-e-Caxemira — e já detectou a vontade que os insurrectos têm de agir nos centros urbanos (Calcutá, Bombaim, Ahmedabade...)⁽³⁾.

«O naxalismo constitui o maior desafio à segurança interna que o nosso país enfrenta desde sempre», declarou



em Abril de 2006 o primeiro-ministro Manmohan Singh (Partido do Congresso) aos chefes dos governos estaduais. Com efeito, diferentemente dos separatistas de Caxemira ou dos estados do Nordeste, o naxalismo pretende conquistar todo o território indiano, parecendo improvável uma solução negociada, na medida em que os insurgentes têm como objectivo levar a cabo uma revolução.

Chamemos-lhe Patel. Este alto responsável naxalita recebe-nos numa metrópole indiana⁽⁴⁾. Segundo o nosso interlocutor, as declarações de Manmohan Singh são uma confissão do malogro e do pânico das elites. «O nosso objectivo consiste em controlar as zonas rurais onde o Estado é fraco, estendendo gradualmente esse poder popular até às cidades. É uma estratégia a longo prazo. Mas a globalização e as suas consequências, o empobrecimento e as desigualdades, estão a acelerar este processo.» Ajai Sahni, director do Institute of Conflict Management (ICM), de Nova Deli, explicita esse modo operativo: «Numa dada zona, os maoístas estudam a situação social. Através de organizações simpatizantes, mobilizam as massas em torno de reivindicações e despertam a sua consciência política, detectando depois os elementos mais motivados para os transformar em combatentes. E quando a violência eclode já é tarde demais para o Estado intervir.» Ajai Sahni explica que os serviços secretos descuraram durante muito tempo a infiltração nestas organizações que servem de anteparo à acção. Mas puseu dessas organizações foram há pouco proibidas no estado de Orissa.

Segundo as estimativas, a guerrilha tem entre dez mil a vinte mil combatentes, aos quais se acrescentam quarenta mil milicianos que asseguram a logística. Pensa-

se que os Tigres de Libertação do Eelam Tamul (TLEF) do Sri Lanka⁽⁵⁾ a apoiem com treinos militares, nomeadamente no manejo de explosivos. Patel desmente qualquer ajuda dos separatistas tamules, mas confirma aquilo de que Nova Deli suspeita: embora muitas armas sejam tomadas aos polícias abatidos, uma parte é manufacturada por artesãos e pequenas empresas. «Na Índia, por todo o lado, há oficinas que fabricam gatilhos, coronhas, etc.», diz ele, sorrindo. «As peças são montadas em sítios seguros.» Em Setembro de 2006, a polícia do estado de Andhra Pradesh descobriu um esconderijo onde se encontravam 875 rockets fabricados em oficinas clandestinas de Madras, no estado de Tamil Nadu.

Financeiramente, os maoístas apelam ao «imposto revolucionário», chantageando as empresas e os estabelecimentos comerciais situados nas imediações das suas guerrilhas. «Cada qual tem de pagar uma taxa correspondente a 12 por cento dos seus rendimentos», explica em Nova Deli P.V. Ramana, investigador na Observer Research Foundation (ORF). «Quando há transgressores, incendeiam-lhes os bens, ou ainda pior.» Embora o neguem, os grandes grupos industriais pagam também o seu quinhão. «Alguns estão estabelecidos em zonas rebeldes e, estranhamente, nunca são atacados», sublinha um jornalista do Chhattisgarh. P.V. Ramana estima o orçamento anual do PCI-m em 2,5 mil milhões de rupias (44 milhões de euros), «um cálculo mínimo, tendo em conta as suas actividades».

Encaram Patel e os seus homens a possibilidade de virem a ser vitoriosos? «No passado, ninguém teria imaginado ver os maoístas no governo do Nepal», sublinha ele. Sem dúvida, mas a Índia é a mais vasta democracia do mundo e não

um pequeno país montanhoso dominado por um déspota infame... Convictos da legitimidade da luta armada, os naxalistas negam qualquer legalidade às instituições de Nova Deli. Inquirido por escrito por intermédio de Patel, o secretário-geral do partido clandestino, Muppala Laxman Rao, conhecido como Ganapathi, denuncia o parlamentarismo indiano. «Os que entram no Parlamento não passam de marionetas nas mãos dos lobis. Poder-se-á falar de democracia quando os eleitores são comprados com dinheiro ou com álcool, quando os eleitos exaltam a pertença étnica, religiosa ou de casta?»

A compra de votos é frequente na Índia, sendo também verdade que alguns políticos fomentam tensões comunitárias para estabelecer o seu poder. Deste modo, Narendra Modi, do Bharatiya Janata Party (BJP, nacionalistas hindus), chefe do governo do Gujaraate e em parte responsável pelos motins anti-muçulmanos de Fevereiro de 2002, foi reeleito graças à sua islamofobia. Por outro lado, a questão das castas continua a ser tragicamente forte: em Dezembro de 2006, foram ilibadas 46 pessoas acusadas de terem queimado vivos sete inocentes⁽⁶⁾ na aldeia de Kambhalapalli (estado de Karnataka). Os naxalistas fazem um apelo aos 125 milhões de dalits (intocáveis) para que adiram ao seu movimento.

Por último, as práticas da esquerda no poder consolidam a convicção dos rebeldes de que o parlamentarismo corrompe os revolucionários. No dia 14 de Março, em Nandigram (Bengala Ocidental), causou catorze mortos a repressão duma manifestação de camponeses que se opunham ao sequestro das suas terras para a criação de uma «zona económica especial» (zona franca). As forças da ordem foram apoiadas nessa sua tarefa por mi-

litantes armados do Partido Comunista, que desde há três décadas dirige este estado. Ganapathi aponta também os limites do sucesso da Índia na globalização (este ano, o país apresenta 9,4 por cento de crescimento económico): «Muitos dos produtos de luxo do passado tornaram-se hoje necessidades. E a lista das necessidades aumenta com a proliferação dos bens de consumo e com a promoção do consumismo pelo mercado, situação de que decorre uma crescente frustração».

É verdade que as cidades estão cheias de centros comerciais, que o parque automóvel se está a desenvolver e que se ouvem por todo o lado retinir os telemóveis. Mas no respeitante ao índice de desenvolvimento humano, a Índia continua a ocupar o 126.º lugar num total de 186 países (a China está no 81.º lugar), 400 milhões de indianos sobrevivem com um dólar por dia e uma em cada duas crianças passa fome⁽⁷⁾.

O estado de Chhattisgarh situa-se bem no centro do «corredor vermelho». Três mil rebeldes controlam ali 25 000 quilómetros quadrados. O sul deste estado é povoado por 80 por cento de «tribais» adivasi⁽⁸⁾, pobres e na sua maioria iletrados. Como o poder estatal sempre se manifestou através da arbitrariedade de funcionários corruptos, os naxalistas ocuparam um vazio: «A desgraça dos adivasis, explorados e desapaoados, constituía uma situação clássica para encetar uma revolução comunista», refere o Centro Asiático dos Direitos Humanos (Ásia Center for Human Rights, ACHR) num relatório de 17 de Março de 2006 sobre a situação no estado de Chhattisgarh. Chantageados pela polícia, as guardas florestais, usuários, camponeses e caçadores-recolectores adivasis apreciaram que a guerrilha expulsasse ou punisse os importunos, tendo os naxalistas conseguido também que os adivasis vendessem por melhor preço as suas colheitas de folhas de tendú, com que se fazem mortais para os cigarros bidis. «O Estado nunca fez nada por nós», testemunham adivasis simpatizantes da guerrilha. «Antes de virem os naxalistas, os polícias saqueavam-nos».

Muito móveis, as colunas de guerrilheiros entram e saem. Um grupo parou aqui há dois dias, «convidando» os habitantes para um comício. Conta um professor que 20 a 30 por cento dos adolescentes aderem aos rebeldes, «por escolha pessoal ou obrigados a isso». A escola e os poucos edifícios oficiais estão aqui em ruínas; a guerrilha fê-los explodir, para evitar que servissem como casernas. Focalizados nos seus objectivos militares, os naxalistas parecem não ligar às necessidades imediatas das pessoas que em princípio representam: «Eles formaram uma adolescente em medicina, mas ela não pôde cá ficar para tratar de nós», explicam os aldeões. «Teve de ir em eles para a guerrilha.» Os adivasis, quer queiram quer não, têm de se adaptar aos maoístas; em 1993, por causa de uma revolta, setenta foram mortos pela guerrilha como represália por uma rebelião.

Campanha pela paz ou caça purificadora?

No estado do Chhattisgarh está a decorrer desde há dois anos uma vasta política semelhante à que Washington levou a cabo durante a Guerra do Vietnam: desenvolvimento de milícias antiguerrilha e agrupamento for-



gado dos civis em «aldeias estratégicas». Esvaziados, os campos já não abastecem os insurgentes e os caminhos são desobstruídos para as operações de comandos. Mao Zedong dizia que a guerrilha deve estar entre o povo «como o peixe na água». Segundo declara um alto graduado da polícia de Chhattisgarh, para destruir uma guerrilha trata-se agora de «secar o lago para sufocar o peixe», uma velha operação clássica em todas as operações de contra-insurreição, quer se desenrolem na América Latina ou na Ásia. Como consequência dessa estratégia, metade das vítimas deste conflito estão concentradas no Chhattisgarh. Dezenas de milhares de pessoas passaram à condição de refugiados e as violações dos direitos humanos são recorrentes. O estado e os rebeldes disputam entre si o controlo da população...

to, resumando das conversas e olhares uma desconfiança generalizada; os refugiados calam-se ou mudam de conversa quando chega este ou aquele indivíduo. Sentados debaixo de uma árvore no campo militar de Dornapal, os aldeões de Korapade mostram o olhar triste e resignado dos desenraizados. Uma criança de barriga inchada pela subnutrição relativiza as amenas declarações de K.R. Pisda sobre a «melhoria das condições de vida» nestes campos, durante muito tempo denunciadas como «deploráveis» pelas organizações não governamentais (ONG) indianas e internacionais. «Algumas famílias da aldeia eram da Salwa Judum», explica um idoso. Os guerrilheiros frequentavam a aldeia desde os anos 80 e não pareciam ter deixado muito mas lembranças. Mas com o surgimento da milícia a sua atitude mudou: «Os rebel-

Em dois anos, as autoridades recrutaram entre as pessoas deslocadas cerca de quatro mil auxiliares da polícia. Os SPO, carne para canhão pouco treinada e mal equipada, não têm nenhuma possibilidade de vencer face a rebeldes aguerridos, como demonstrou a tragédia do fortim de Rani Bodli. Algumas ONG demonstraram que muitos destes supletivos, atraídos pela promessa de um emprego e inconscientes dos riscos, são menores, por vezes de treze anos, que mentem a respeito da idade que têm; por conseguinte, a Índia está a empregar crianças soldados⁽⁹⁾. Questionado a este respeito, Thakur Praful, chefe da polícia do distrito, afasta com um gesto o argumento: «As certidões de nascimento desses jovens provam que eles têm pelo menos dezoito anos». Este oficial da polícia finge ignorar que um documento falso custa aqui meia dúzia de rupias. Como os naxalistas recrutam guerrilheiros com a idade «mínima de dezasseis anos», o ACHR identificou casos dramáticos de «duplo recrutamento forçado»: numa mesma fratria, uma criança guerrilheira e outra SPO.

Armar civis para que se ponham à cata de «rebeldes» está para a manutenção da ordem como o luchamento está para a justiça. Na aldeia de Bijalpur, jovens SPO inquiridos sobre as suas façanhas respondem sem hesitação que «mataram pessoas». «A guerrilha tem cúmplices na cidade.» E como os reconhecem? «Têm um comportamento suspeito. Prendemo-los e levamo-los para interrogatórios.»

Em Santoshpur, muito perto daqui, foram desenraizados em Maio os corpos de sete homens; acusados de serem naxalistas, tinham sido mortos pelas forças da ordem e pela Salwa Judum. Acampados debaixo de umas árvores, algumas testemunhas desse massacre contam: «Como nós não queríamos migrar para os campos militares, eles apanharam esses homens e agrediram-nos à machadada». O facto foi confirmado pelas autópsias. «A Salwa Judum decide quem vai para os campos militares, como eles pensam que somos favoráveis aos naxalistas, não beneficiamos de ajuda nenhuma.» A Amnistia Internacional, por outro lado, denuncia o assédio de que estão a ser vítimas os defensores dos direitos humanos, suspeitos de serem cúmplices dos naxalistas; uma acusação grosseira, visto as ONG apontarem também as violências cometidas pela guerrilha. Com efeito, uma lei votada em 2005, a «Chhattisgarh Special Public Security Bill», pretende reduzir os críticos ao silêncio, sem consideração pelo artigo 19.^o da Constituição indiana que garante a liberdade de expressão. Apesar destes abusos confirmados, a opção paramilitar está a espalhar-se, tendo já sido assinaladas nos estados vizinhos (Jharkhand e Andhra Pradesh) milícias organizadas segundo o modelo da Salwa Judum.

Segundo consideram vários observadores e jornalistas locais, esvaziando assim as zonas rurais o governo do estado de Chhattisgarh parece ter em mente um objectivo exterior à guerra contra os naxalistas: acelerar a implantação de projectos industriais. Porque embora a população deste estado seja indigente, o seu subsolo está cheio de riquezas, encontrando-se ali uma

quinta parte das reservas de ferro do país. Ora, os adivasis sabem por experiência que a industrialização em nada os beneficia. O complexo mineiro de Bailadilla (1,2 mil milhões de toneladas de minério) não os emprega, considerando-os insuficientemente qualificados. Desde a independência, milhões de «tribais» foram deslocados em nome dum desenvolvimento de que nunca receberam quaisquer dividendos.

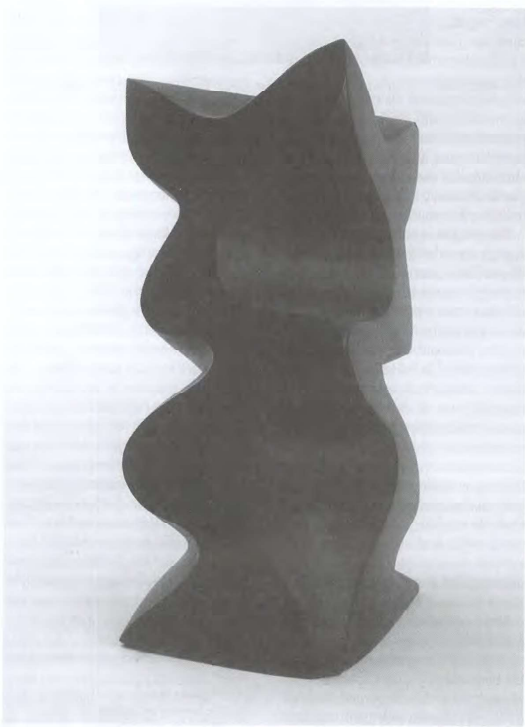
Em Kalinga Nagar, no vizinho estado de Orissa, um agrupamento de adivasis bloqueou uma estrada durante um ano para impedir a venda das suas terras ao grupo industrial indiano Tata. No dia 2 de Janeiro de 2006, numa escaramuça, treze de entre eles foram mortos pela polícia. Conta Ravinda Jarekar, porta-voz desse movimento de protesto: «Nós tornámos férteis estas terras incultas. Nenhuma compensação no-las poderá devolver e sabemos que a Tata não nos empregará.» Deverão ser investidos 30 mil milhões de dólares na industrialização dos estados de Chhattisgarh, Orissa e Jharkhand, mas por toda a parte os camponeses recusam-se a ceder as suas terras⁽¹⁰⁾.

Em Junho de 2005, quando foi criada a Salwa Judum e começou a campanha de deslocamentos forçados, o Chhattisgarh assi-

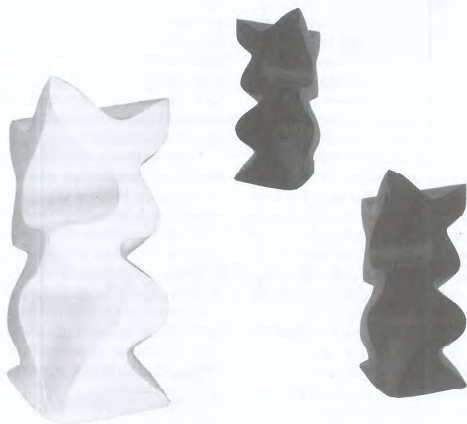
nómica e de elos sociais reconstruídos, ficarão então indubitavelmente mais inclinados a ceder os seus pedaços de terreno incultos infestados de «terroristas». O crescimento económico indiano, centrado nos serviços e travado por um mundo rural atrofiado, tem uma imperiosa necessidade de industrialização. Mas esta, com frequência sinónimo de arbitrariedades, terroriza as populações. E, entretanto, como o próprio primeiro-ministro reconhece, a injustiça alimentar o naxalismo⁽¹¹⁾. A melhor resposta à rebelião reside mais com certeza na eficiência do Estado de direito do que numa estratégia contra-insurreccional liberticida e ambígua.

* Jornalista.

- 1 Institute for Conflict Management, Nova Deli, 27 de Setembro de 2007.
- 2 *Idem*, Agosto de 2007.
- 3 *Idem*, Outubro de 2006.
- 4 Foi-nos recusado contactar com a guerrilha por este recar que fossem seguidos pelas forças de segurança e isso desencadeara uma ofensiva.
- 5 Ler Eric Paul Meyer, «Ressorts du séparatisme tamoul au Sri Lanka», *Le Monde diplomatique*, Abril de 2007.
- 6 Pessoas exteriores às castas, consideradas impuras. (N. do T.)



ANDRÉS ALCÁNTARA | Cabeça I (1998) | Galeria António Prates, Lisboa



Com efeito, em Junho de 2005 foi criada a milícia Salwa Judum, movimento apresentado pelas autoridades do Chhattisgarh como uma «reação espontânea» de aldeões cansados de se verem obrigados a alimentar os revoltosos e que se terão decidido a expulsá-los. Mas os naxalistas resumem-na a uma milícia paramilitar, orientada pelo BJP e pelo chefe da oposição Mahendra Karma (Partido do Congresso). O próprio nome desta milícia, Jalwa Judum, suscita confusão; em língua gondi, uma língua aborígene dravídica, pode traduzir-se como «campanha pela paz» ou «caça purificadora». A única certeza é que a Salwa Judum se tornou efectivamente um instrumento de terror estatal.

des acusaram-nos de estarmos todos a apoiar a Salwa Judum e tivemos de fugir, deixando lá tudo o que tínhamos. Aqui não temos nada. Outros refugiados receberam 12 000 rupias [210 euros] do governo para fazerem uma casa. Mas quando nós cá chegámos disseram-nos que já era muito tarde, que já não havia dinheiro». Por terem ficado desocupados, longe das suas terras e florestas, estes homens andam agora a empregar estradas; pagam-lhes o equivalente a 1,10 euros por dia.

Entre dois campos de refugiados, o que se enxerga é desolação, aldeias desertas e às vezes incendiadas, terras incultas, cadáveres de gado em decomposição. Os terrenos à beira da estrada foram arrotados para limitar as posições de possíveis emboscadas. Num povoado em cinzas, uma velha entrevida agoniza, só e abandonada por todos. Um homem que voltou atrás para reaver umas colzas aponta para as casas ardidas: «Como nós não queríamos ir para o campo militar, os da Salwa Judum acusaram-nos de sermos maóistas e deitaram fogo a tudo».

Mais a sul está o campo militar de Errabore. Soyam Bhima, um notável que se tornou o dirigente local da Salwa Judum, explica por que motivo os aldeões não podem voltar para casa: «Os rebeldes matavam-nos». Atrás dele está um segurança, de óculos escuros e equipado com uma enorme espingarda. Numa rua mais adiante, uma adolescente vestida com roupa militar, interpelada por nós, põe-se espontaneamente em sentido. Jave (é o seu nome) afirma ter vinte anos, mas não deve ter mais de quinze. É «Special Police Officer» (SPO), ganha 1500 rupias (26 euros) por mês. Esta garota ainda não teve o seu baptismo de fogo, mas diz ter pressa de ir «combater os terroristas».

nou acordos com os grupos industriais Tata e Essar para a abertura de minas e fábricas de aço, comprometendo-se então a devolver os terrenos «disponíveis». Mas esse acordo contém uma cláusula de confidencialidade que o governo se recusou a mostrar aos eleitos da oposição, contrariamente ao que exige a lei indiana. Outra perturbadora coincidência: em Setembro de 2006, os moradores da aldeia de Dhurli tiveram de ceder as suas terras à Essar, em troca de uma fraca compensação, sob a ameaça de polícias e na presença de... Mahendra Karma, o líder da Salwa Judum.

Estas motivações industriais explicam porventura a prontidão com que as autoridades investiram em dispendiosos campos de refugiados, que estão em vias de se transformar em verdadeiras pequenas cidades. Os adivasis do Chhattisgarh estarão portanto a ser submetidos a um êxodo forçado. Quando neste provisório eternizado eles tiverem encontrado as suas referências, através de novas oportunidades eco-

- 7 Segundo a UNICEF, 47 por cento das crianças indianas com menos de cinco anos têm uma insuficiência de peso moderada ou grave (1996-2005). Cf. «A Situação das Crianças no Mundo - 2006», UNICEF, documento consultável em www.unicef.org.
- 8 Há na Índia 60 a 70 milhões de adivasis, a maior população autóctone do mundo. Os adivasis, que vivem em grande medida dos produtos da floresta, encontram-se entre os indianos mais pobres. Como todas as minorias do país, beneficiam de quotas reservadas às castas baixas. Ver o dossiê «Discriminação positiva», *Le Monde diplomatique - edição portuguesa*, Maio de 2007.
- 9 A UNICEF define como crianças soldados todos os combatentes com idade inferior a dezoito anos.
- 10 Estimativa do gabinete de análises financeiras CLSA, Bombaim, Agosto de 2006.
- 11 «Exploração, baixos salários, circunstâncias sociopolíticas iníquas... Tudo isto contribui significativamente para o crescimento do movimento naxalita» - Manmohan Singh, 13 de Abril de 2006, discurso aos chefes dos governos estaduais.

Descubra a Europa

europa lisboa 90.4fm